

Novos significados para velhas práticas: A apropriação do discurso feminista pela publicidade brasileira nos anos 1970

Marinês Ribeiro dos Santos, UTFPR
ribeiro@utfpr.edu.br

Joana Maria Pedro, UFSC
joanamaria.pedro@gmail.com

Introdução

O tema abordado neste texto está alinhado com o nosso interesse na investigação de estratégias discursivas empregadas pela mídia impressa brasileira na construção de identidades sociais ligadas à noção de “dona de casa moderna”. A pesquisa tem como foco o discurso, tanto textual quanto imagético, veiculado pela revista Casa & Jardim, primeiro título especializado em interiores domésticos publicado no país. Lançada no início da década de 1950 como um guia de consumo destinado para a classe média, esta revista tinha como missão apresentar soluções capazes de conciliar a preservação dos valores tradicionais da família com a modernização do espaço doméstico. No cenário de transformações sociais e culturais do período pós-guerra, as donas de casa podiam orientar suas escolhas quanto às práticas cotidianas conforme as opiniões de especialistas publicadas no periódico.

Além das reportagens, uma outra fonte disponível para a atualização de gostos e costumes eram os anúncios publicitários. Com base em alguns de anúncios veiculados entre os anos de 1970 e 1974, temos como objetivo apresentar exemplos de apropriação dos discursos feministas pela publicidade nacional, onde os interesses daqueles grupos foram convertidos em estratégias para compor representações de “donas de casa modernas”. Os movimentos feministas fazem parte de um contexto maior de reivindicações por mudanças de valores e comportamentos que ocorreu em escala internacional a partir dos anos 1960.

A revolução comportamental

As reclamações por mudanças nos padrões de conduta moral foram uma das marcas registradas dos anos 1960. Elas envolviam a crítica aos cânones vigentes por meio do combate às instituições sociais fundadas em relações autoritárias e hierárquicas, entre elas a família tradicional. Este fenômeno foi desencadeado inicialmente nos países capitalistas desenvolvidos, que, naquela época, viviam o ápice do crescimento econômico característico do período pós-guerra. A situação de pleno emprego, o acesso à formação universitária e o surgimento das pílulas anticoncepcionais

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

estão entre os fatores que contribuíram para o questionamento feminino quanto às prescrições sociais referentes aos comportamentos esperados de esposas e mães.¹

Junto aos fatores já elencados e com vistas ao destaque das conquistas dos movimentos de mulheres, Françoise Thébaud acrescenta que a possibilidade de um novo desenho de partilha sexual no universo doméstico também foi tributário das reformas legais que introduziram no direito privado a idéia de igualdade entre marido e mulher, bem como a supressão da noção do “chefe de família”. Além disso, a liberalização da contracepção e do aborto permitiu “às mulheres a reapropriação do seu corpo e da sua sexualidade”, somada à uma maior autonomia no que concerne à fecundidade².

Contudo, considerando a ênfase dada às alterações na esfera privada, Thébaud ressalta que a dimensão das mudanças não deve ser entendida na oposição entre público e privado, mas, isto sim, no jogo da sua articulação. Sobre o contexto da época, a autora comenta que

a presença crescente das mulheres tanto no mercado do trabalho como no campo cultural e político levou à evolução do direito privado e à mutação das actividades domésticas, que por sua vez facilitaram o alargamento da esfera feminina pública. Se o direito social, como aliás o direito fiscal, conserva numerosos vestígios da desigualdade entre os sexos no casamento e continua a ser desfavorável ao trabalho das esposas, os Estados-providência acrescentaram ainda mais a autonomia das suas cidadãs relativamente à instituição conjugal: pela criação de empregos, pela proteção social garantida, pela diminuição do trabalho de manutenção e cuidado dos membros da família.³

Sendo assim, apesar da persistência de assimetrias de gênero, alguns avanços significativos promoveram a busca por uma organização familiar mais democrática, bem como a reconfiguração das relações amorosas e das imagens de mulheres e homens a respeito de si mesmos. Para Thébaud, os movimentos feministas foram indispensáveis nestas transformações:

Em todos esses processos, e particularmente na conquista da autonomia política e simbólica — o afirmar “nós, as mulheres” —, o feminismo, ou antes, os feminismos dos anos sessenta e setenta desempenharam um papel essencial, impondo a feminilidade como categoria fundamental da identificação política e organizando-se como espaço autónomo, onde podiam operar-se a sua desconstrução e a sua reconstrução.⁴

Além dos indicadores de modificações na configuração do gênero, a conformação de uma cultura juvenil, forte e específica, também denotava uma crise nas relações entre gerações.

1 HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 305.

² THÉBAUD, Françoise. *Introdução*. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **A História das Mulheres no Ocidente**, vol. 5: O século XX. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, p. 18.

3 *Ibidem*, p. 18-20.

4 *Idem*.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Insatisfeitas/os com os standards de valores e comportamentos do “mundo adulto”, ao mesmo tempo em que eram favorecidos pela prosperidade econômica em termos de uma certa independência financeira, as/os jovens contribuíram bastante para a liberalização dos costumes. Assumindo posturas de confronto com as normas de conduta estabelecidas, elas/es selavam um compromisso público com o até então proibido ou pouco convencional. As atitudes pessoais adquiriam um caráter político: “liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se as mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção”.⁵ Conforme Céli Regina Jardim Pinto, o movimento jovem dos anos 1960 foi revolucionário na medida em que colocou em xeque uma série de valores conservadores existentes na organização da sociedade, pois “eram as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado que estavam sendo desafiadas”.⁶ No caso específico do Brasil, a revolução comportamental teve como pano de fundo a ditadura militar, fato que lhe imprimiu contornos característicos.

A revolução comportamental no contexto da ditadura

No Brasil, a década de 1960 foi marcada, desde o início, pela disputa política entre dois campos ideológicos distintos e antagônicos:

De um lado, estavam os conservadores, representados por partidos liberais como a UDN (União Democrática Nacional), por empresários, grandes proprietários de terra e por parte da classe média, todos unidos ao redor da bandeira comum e altamente simbólica do anticomunismo. Associavam-se a esse grupo, ora como parceiros ora como lideranças, largas frações das forças armadas nacionais. De outro lado, encontrava-se a esquerda, representada por partidos nacionalistas como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e partidos clandestinos nele ancorados como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), por alguns empresários nacionalistas, por largas parcelas do operariado urbano, por movimentos camponeses nascentes, por intelectuais, estudantes e parte da igreja católica.⁷

Para João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, o que estava em jogo entre estes dois grupos eram estilos diferentes de desenvolvimento econômico. Cada um deles vislumbrava um modelo distinto de sociedade urbana de massa. A parte conservadora defendia um “capitalismo selvagem e plutocrático”, enquanto que a fração ligada a uma visão política de esquerda defendia “um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação

5 HOBBSAWM, Eric, op. cit., p. 326.

6 PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 42.

7 Idem.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

democrática dos cidadãos”.⁸ O golpe militar de 1964 veio para impor, mediante um regime autoritário, justamente o primeiro modelo de desenvolvimento econômico. Porém, isto não ocorreu sem resistência. Após a queda do governo constitucional, o país continuou dividido. Enquanto uma parcela da população comemorava a vitória dos setores conservadores, havia outra que lamentava a suspensão da experiência democrática construída no decurso dos dezoito anos antecedentes ao golpe.

Conforme Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, foram muitas e diversas na origem social as pessoas que não se conformaram com a “derrocada de um governo civil eleito, o qual, mal ou bem, tentava implementar reformas em benefício do povo”.⁹ Essas pessoas, fossem militantes políticas/os, representantes da igreja, membros de sindicatos ou mesmo populares, contribuíram, cada qual ao seu modo, no combate ao regime militar. E havia, também, o antagonismo da classe média intelectualizada, integrada por professoras/es universitárias/os, jornalistas, profissionais liberais, estudantes, intelectuais e artistas.

Durante o período que abarca o final dos anos 1960 até meados da década de 1970 o Brasil viveu sob uma combinação entre o terror decorrente da violência da ditadura militar e o otimismo sustentado pelo surto de crescimento econômico ocorrido no país. O recrudescimento da repressão a qualquer forma de oposição ao governo tinha como respaldo o Ato Institucional n. 5 (AI-5), decretado em dezembro de 1968.¹⁰ Segundo Pinto, neste intervalo de tempo o debate político foi reduzido a uma farsa, restando aos opositores do regime “a clandestinidade, o exílio, a luta armada ou simplesmente o silêncio”.¹¹ Além disso, a vigilância da censura também voltou-se com rigor para o âmbito do julgamento moral e dos costumes. Em contrapartida, a modernização da sociedade acelerou as mudanças nos padrões de comportamento. Almeida e Weis afirmam que

para a geração da classe média de esquerda que chegou à idade adulta sob o autoritarismo, o peso das circunstâncias políticas sobre as relações afetivas e familiares (acelerando, quem sabe, os vaivéns amorosos) misturava-se à liberação sexual e ao

consumo de drogas, em especial maconha e LSD. Fumava-se e se tomavam bolinhas por prazer, angústia ou perplexidade, e também para

afrontar o entranhado conservantismo do regime no plano dos costumes, para construir uma forma de ser oposição, de compor por vias transversas um perfil político de rejeição

8 MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A.. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 618.

9 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 323.

10 Vale observar que a revista Casa & Jardim não faz qualquer menção à ditadura militar iniciada em 1964 e endurecida em 1968.

11 PINTO, Céli Regina Jardim, op. cit., p. 43.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

ao *status quo* – ainda que a esquerda tradicional, não menos que a resistência militarizada, desdenhasse a contracultura como a mais recente floração do escapismo e da inconseqüência.¹²

A revolução dos costumes foi um fenômeno importante para a oposição intelectualizada. O conteúdo emocional envolvido nesta experiência combinava pelo menos dois aspectos que valem ser ressaltados. Primeiro, sob o prisma do governo militar a “dissolução dos costumes” fazia parte da subversão comandada pelo movimento comunista internacional. Segundo, para as/os filhas/os do *Baby boom* do pós-guerra que então atingiam a idade adulta, o casamento tradicional era considerado como um reduto de hipocrisia e de desigualdade entre os sexos, principalmente do ponto de vista erótico. Logo, para estas/es brasileiras/os a contestação da moralidade sexual significava, além de valor disseminado no grupo e experiência comum de vida, uma expressão de identidade política.¹³ É neste contexto que são experimentadas formas alternativas de relacionamentos – nem por isso livres de conflitos e contradições –, como o chamado casamento “moderno”, tolerante às aventuras extraconjugais, o amor livre e a convivência nas comunidades *hippies*.¹⁴

Almeida e Weis observam que, no caso das mulheres, o rompimento com os moldes do casamento tradicional vinha ancorado em um ideal de autonomia que não estava associado exclusivamente ao desejo de experimentar novas formas de vivenciar o próprio corpo e o prazer sexual. Além disso, havia a vontade de “existir no mundo para além da vida doméstica, por meio da realização profissional, da independência financeira que o trabalho poderia assegurar e, por último porém não menos importante, da atividade política”.¹⁵ Segundo estes autores, um feminismo inspirado nas idéias de Simone de Beauvoir motivava algumas jovens a desafiar os padrões estabelecidos. Da mesma forma, a contestação destes padrões possibilitou “que o tema do homossexualismo começasse a emergir de sua secular clandestinidade e passasse a ser encarado como uma possibilidade erótica legítima”.¹⁶ Vale ressaltar que as organizações políticas de esquerda também não viam com bons olhos a revolução de costumes:

Para os “caretas” do Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, esse assunto nem merecia figurar entre as “contradições” a partir das quais se deviam obrigatoriamente descrever os conflitos sociais e o desfecho possível do combate à ditadura. Já nas organizações armadas, a rejeição dos “valores burgueses” e as circunstâncias mesmas da clandestinidade acentuavam a

12 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz, op. cit., p. 333-334.

13 Idem.

14 Ver: VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988; DIAS, Lucy. **Anos 70**: enquanto corria a barca. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

15 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz, op. cit., p. 401.

16 Idem.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

natureza instável das relações amorosas – e a poucos ocorreria contestar esse estado das coisas. Até nesses movimentos, porém, a tolerância comparativamente maior em relação às novas expressões da sexualidade acabavam de certo modo neutralizadas por uma espécie de ascese revolucionária, que empurrava as chamadas questões pessoais, as relações afetivas e o sexo para um plano secundário. Como no Partidão, as exigências da militância tinham supremacia absoluta sobre a subjetividade dos militantes.¹⁷

Sobre a questão do feminismo, Pinto ressalta que a maioria das militantes envolvidas com a implementação deste movimento no Brasil estavam engajadas ou eram simpatizantes da luta contra a ditadura. Sendo assim, houve um grande esforço das militantes feministas no sentido de administrar as tensões oriundas da combinação entre duas frentes de luta: pela transformação das relações de gênero e pelo combate ao governo militar. A temática particular do feminismo era encarada pelas organizações de esquerda como parte da problemática maior da desigualdade social. Logo, reivindicações específicas eram vistas como “um sério desvio pequeno-burguês” capaz de comprometer o vigor da batalha contra o que seria o verdadeiro inimigo comum.¹⁸ O cenário político brasileiro deixava as próprias militantes feministas desconfortáveis. Conforme Pinto, “enquanto no resto do mundo ocidental as mulheres procuravam discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, um punhado de mulheres brasileiras fazia a mesma coisa, mas pedindo desculpas”.¹⁹

Um anúncio publicitário veiculado em *Casa & Jardim* na edição de agosto de 1970 serve para ilustrar as ambigüidades resultantes da articulação do movimento feminista num cenário de ditadura militar.²⁰ A legenda principal do anúncio afirma que “tôda revolução começa entre quatro paredes”. A imagem fotográfica que compõe o anúncio mostra quatro mulheres jovens, fisicamente muito próximas, conversando de maneira reservada. A partir desta imagem, podemos supor que a revolução mencionada é justamente a feminista. Podemos até relacionar a frase com um tipo de prática feminista implementada no Brasil no início daquela década, a saber, os “grupos de consciência”.²¹ Contudo, em uma época em que tanto a reunião de pessoas – principalmente tratando-se de jovens –, quanto as conversas discretas eram vistas com desconfiança pelas autoridades, a frase também pode lembrar as organizações clandestinas de resistência à ditadura.

17 Ibidem, p. 402.

18 PINTO, Céli Regina Jardim, op. cit., p. 45.

19 Ibidem, p. 51.

20 *Tôda revolução começa entre quatro paredes. Casa & Jardim*, agosto de 1970, p. 8-9.

21 Inspirados no feminismo europeu e norte americano, estes grupos possuíam, em média, entre 6 e 24 participantes que se reuniam regularmente para discutir questões particulares sobre sua condição feminina. Para mais informações ver PEDRO, Joana Maria. *Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Anpuh, n. 52, vol. 26, 2006, p. 249-272; PEDRO, Joana Maria. *Uma Nova Imagem de Si: identidades em Construção*. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens na História**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2008, p. 415-429; PINTO, Céli Regina Jardim, op. cit., 2003.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Esta ambigüidade, num primeiro momento, nos convida a pensar sobre qual das revoluções o anúncio está falando.

O feminismo também aparece como tema em outras peças publicitárias veiculadas pela revista nos primeiros anos da década de 1970. Entretanto, vale observar que, nestes anúncios, as referências à luta pela emancipação feminina são empregadas na afirmação de modelos de comportamento tradicionais. Por exemplo, a empresa Formica – fabricante de laminados decorativos para revestimentos de superfícies – sugere que a “resposta das mulheres brasileiras ao Movimento de Libertação Feminino” deve corresponder ao embelezamento do ambiente doméstico, considerado como o “escritório” das donas de casa. O texto convida as mulheres que gostam do lugar onde vivem a se rebelarem contra todas as coisas feias que as rodeiam: “mulheres, existe uma luta séria pela frente.”²² A contribuição da empresa na batalha por ambientes mais bonitos está nos argumentos de persuasão usados para convencer os maridos quanto à necessidade de uma reforma na casa:

Não dê trégua, tudo pela reforma. Entre pela copa-cozinha de Formica, da cozinha vá para os quartos com ela, passe para a sala de jantar de Formica e, sem piedade, nem medo, o golpe final no living de Formica. Seu movimento deu certo, é muita Formica para um marido só. Não tem importância êle achar que se casou com uma guerrilheira, você não pode fugir do seu destino. A Formica trouxe uma causa mais que justa. Só depende do seu amor por ela.²³

O conteúdo do texto, que convida à ação, contrasta com a imagem fotográfica usada para ilustrar o anúncio. Nela, aparece uma mulher jovem e elegante, toda de preto, confortavelmente sentada em um sofá revestido com grandes almofadas roxas, localizado na frente de uma parede lilás. Vale observar, que o lilás é a cor do feminismo. O modelo do sofá e os demais itens de decoração da sala correspondem ao padrão em voga naquela época. A mulher apresenta feições tranqüilas. Provavelmente já venceu a luta pela reforma e está exibindo seu troféu.

Já na opinião da fabricante de tecidos Rhodia, “é nos quintais e nas áreas de serviço que as mulheres devem provar que são livres”.²⁴ Sendo assim, elas podem contar com as vantagens dos lençóis e das guarnições de mesa feitas em Tergal, mais fáceis de lavar e passar. Aqui a imagem usada é a de uma moça estendendo lençóis em um grande quintal cheio de árvores. A idéia de liberdade é evocada pelo movimento dos tecidos e dos cabelos da moça, que balançam com o vento.

22 *Resposta das mulheres brasileiras ao Movimento de Libertação Feminino: nossos escritórios não serão mais como antigamente.* Casa & Jardim, vol. 197, junho de 1971. p. 5.

23 *Idem.*

24 *É nos quintais e nas áreas de serviço que as mulheres devem provar que são livres.* Casa & Jardim, vol. 226, novembro de 1973, p. 4-5.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Em maio de 1974, a publicidade do Banco do Brasil estampava a imagem em *close-up* do rosto de uma jovem com expressão audaciosa, enquanto declarava: “os tabus estão caindo”. Para esta empresa, já estava longe “o tempo em que a mulher era uma boneca. Hoje, sem deixar de ser um pouco boneca – como toda mulher gosta de ser – ela também ajuda nas despesas da casa, planeja a economia doméstica, sabe falar de negócios, faz compras e pagamentos”.²⁵ A apropriação de termos usados no discurso feminista e o reconhecimento de modificações no comportamento das mulheres reveste de certa modernidade práticas femininas que podem ser consideradas tradicionais, como a decoração da casa, a responsabilidade pelo serviço e pelo consumo domésticos, o controle do orçamento da família, além da preocupação com a aparência física.

É curioso observar que em 1975, justamente no ano que marca o momento inaugural do feminismo brasileiro,²⁶ estas mesmas empresas deixaram de recorrer às alusões quanto à emancipação das mulheres, publicando anúncios publicitários que retomavam o modelo feminino padrão. Nesta linha, a Rhodia não falava mais em termos de libertação feminina quando aconselhava: “use as guarnições de mesa Tergal, por amor ao seu marido. E por amor a você mesma, que vai lavar tudo isso depois desse jantar romântico”.²⁷ O Banco do Brasil, por sua vez, esqueceu a queda dos tabus, voltando sua atenção para “quem cuida da educação, do vestuário, da alimentação, da saúde e do orçamento da família [e] precisa dispor de meios eficientes para realizar bem cada tarefa”.²⁸ E, finalmente, a Formica desistiu de convocar as mulheres revolucionárias para a guerrilha da reforma, dirigindo seus esforços para o convencimento das donas de casa “caprichosas” e “engenhosas” sobre as contribuições dos laminados plásticos para a beleza e a praticidade das cozinhas.²⁹

Considerações

Os anúncios publicitários apresentados ilustram como a publicidade se apropria dos fenômenos que ocorrem na realidade social, convertendo-os em estratégias para promover produtos e serviços. Também permitem perceber que, nas apropriações em questão, os discursos dos

25 *Os tabus estão caindo*. **Casa & Jardim**, vol. 232, maio de 1974, p. 58.

26 O ano de 1975 foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. Em comemoração, foi realizado no Rio de Janeiro um evento intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que resultou na criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Este centro possibilitou a institucionalização do movimento feminista no Brasil. Para mais informações ver PINTO, Céli Regina Jardim, op. cit., 2003. Para uma abordagem que questiona o consenso acerca desta data como momento fundador do feminismo no Brasil dos anos 1970, ver PEDRO, Joana Maria. op. cit., 2006.

27 *Use as guarnições de mesa Tergal, por amor ao seu marido*. **Casa & Jardim**, vol. 249, outubro de 1975, p. 29.

28 *Toda mulher deve ter uma arma secreta*. **Casa & Jardim**, vol. 250, novembro de 1975, p. 15.

29 *Algo maravilhoso acontece quando você decora com Formica*. **Casa & Jardim**, vol. 248, setembro de 1975, p. 46. Ver também *Parece ser muito linda para ser uma cozinha, foi feita com os laminados marca Formica*. **Casa & Jardim**, vol. 258, julho de 1976, p. 25.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

movimentos feministas são esvaziados de conteúdo e usados como um verniz de modernidade para práticas tradicionais. Em outras palavras, os anúncios que discutimos neste texto constroem representações de “donas de casa modernas” por meio de recursos retóricos que estabelecem pontes entre as práticas tradicionais e as preocupações feministas. Desta forma, a imagem da dona de casa é atualizada mediante sua identificação, mesmo que superficial e periférica, com o comportamento feminino de vanguarda.